

À Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

À Defensoria Pública da União (DPU) – Altamira

Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

Ao Ministério Público Federal (MPF) – Altamira

À Casa de Governo de Altamira

c/c para IBAMA

Aldeia Iriri, Terra Indígena Cachoeira Seca, 17 de maio de 2016

Nós, povo Arara da aldeia Iriri, Terra Indígena (TI) Cachoeira Seca, abaixo-assinados, escrevemos esta carta para apresentar a situação crítica que estamos vivendo relacionada à regularização fundiária de nossa terra.

Nosso povo foi contatado em 1987, pela Frente de Atração Arara (FAA) da FUNAI, mas, apenas em 30 de junho de 2008, o Ministério da Justiça por meio da portaria n.1.235 declarou de posse permanente do povo Arara a TI Cachoeira Seca, conectada à TI Arara. Apesar disso, nunca pudemos usufruir plenamente de nosso território.

Devido à postura do governo federal, que promoveu uma política conflitante de uso do território com a dupla destinação da mesma área – usufruto exclusivo indígena e, ao mesmo tempo, colonização e reforma agrária – nossa situação, desde o princípio complicada, com o tempo só foi piorando. Hoje, estamos vivendo em estado de grave insegurança e sofremos constantes ameaças dos ocupantes ilegais de nosso território – fazendeiros, madeireiros e grileiros.

Estas complicações aumentaram muito depois da chegada de Belo Monte: nossa TI foi a mais desmatada do país em 2013 e, estimativas mostram que em 2014 a extração ilegal chegou a 400 mil metros cúbicos de madeira.

Um dos fatos mais graves nesse contexto é que os ramais madeireiros tem se aproximado cada vez mais de nossa aldeia (o mais próximo deles, hoje, se encontra a menos de 30 Km de distância). Diante disso, nos sentimos mais vulneráveis e estamos ficando amedrontados. Apesar dessa situação já ser bem conhecida, nenhum órgão

tem tomado as devidas providências para impedir o avanço do desmatamento, roubo de madeira, bem como das invasões.

Exemplo dessa falta de controle é a existência desde 2010 de uma pousada irregular no travessão Km165 sul – localidade Bem Bom – que vem sendo frequentada por um número cada vez maior de pessoas, facilitando turismo predatório e a prática de crimes ambientais. Este fato, junto a outros eventos que atraem e incentivam turismo e pesca ilegal em nossa área, criam um senso de legitimidade da posse irregular, dando segurança para que certos posseiros ofereçam aos visitantes lotes e terras para vendas ilegais, aumentando a grilagem de terras por meio do incentivo à entrada e permanência de pessoas de má-fé na TI.

Após décadas de incertezas, nossa TI foi finalmente homologada em 04 de abril de 2016. Mas, na prática, a nossa situação de segurança territorial pouco mudou. Continuam, por toda área, roubo de madeira, invasões, grilagem de terras, desmatamento florestal, abertura de estradas e ramais, pesca e caça ilegal e entrada contínua de pessoas na TI.

Ao contrário do que esperávamos, após a homologação, ao invés de nos sentirmos mais seguros, temos percebido uma grande reação dos grupos que tem interesse em nosso território, que começaram a nos ameaçar diretamente. Se a desinvasão e/ou ações de controle não passarem a ocorrer num prazo curto, existe alto risco de intensificação do número de invasões, da extração ilegal de madeira e do desmatamento dentro de nossa área, junto com a piora na nossa segurança.

Recentemente, por exemplo, fomos intimidados com um aviso de que nenhum indígena ou instituições de apoio poderia transitar pelo ramal da Transiriri (Km185), principal acesso a nossa aldeia no período de seca do rio. As ameaças incluem avisos de que carros da FUNAI, DSEI e empresas executoras do PBA Indígena seriam retidos e queimados se passassem por ali. Cumprindo tal ameaça, a estrada já foi bloqueada com toras de madeira e até mesmo veículos do DSEI/SESAI foram impedidos de circular, prejudicando o acesso à assistência básica de saúde da aldeia. O cacique da aldeia, a caminho de uma reunião em Altamira, também foi impedido de passar pela estrada, tendo conseguido a liberação apenas depois que os motoristas conversaram com os colonos do Travessão. Essa situação intimidadora está prejudicando nossa locomoção e nossa vida. Temos ouvido discursos de violência propagados por ocupantes de má fé e repetidos pelos demais grupos que ocupam a TI que começaram a ameaçar a integridade física das pessoas. Diante disto, precisamos

de apoio imediato e urgente para solucionar os conflitos e para garantir nossa segurança dentro de nossa TI.

Essa situação melhoraria com a implementação do plano de proteção territorial indígena, que é uma das principais condicionantes do licenciamento da usina de Belo Monte. No entanto, até o momento nada foi efetivado. A construção da Unidade de Proteção Territorial prevista para iniciar em 2012, foi impedida com violência pelos ocupantes do ramal da Transiriri, que bloquearam a passagem dos materiais e da equipe de construção na época. Desta maneira, prevaleceu a vontade dos ocupantes de má fé e dos madeireiros, e daí em diante nada mais foi feito em nossa TI, agravando a situação de vulnerabilidade territorial e a segurança de nosso povo.

Dois fatos aumentarão ainda mais a pressão das atividades ilegais sobre nossa área: a desmobilização dos canteiros de obra de Belo Monte, nessa fase após a Licença de Operação da usina – muitas pessoas sem emprego e que permanecem na região vão gerar pressão em nosso território; e a pavimentação do trecho entre Medicilândia e Rurópolis da BR-230 (Transamazônica) – sobre a qual não fomos consultados e nem temos informações sobre o processo – que causará a valorização dos terrenos da região e facilitará o escoamento de produtos. Isso intensificará a extração ilegal de madeira e aumentará ainda mais a pressão sobre nosso território. Por esses motivos, é fundamental que a construção das Unidades de Proteção seja priorizada e que entrem em operação com urgência, para impedir o agravamento das invasões, pressões e extração de madeira e nosso recursos.

A homologação é uma conquista para nosso povo, que depois de três décadas de espera pelo reconhecimento pleno de nossos direitos territoriais, reivindicamos viver de forma tranquila daqui em diante, buscando apoio para garantir nosso modo de vida.

A portaria de 2008 declarou os limites do território tradicionalmente ocupado pelo povo Arara em nossa TI. Exigimos respeito a essa delimitação e, portanto, a nossa integridade territorial reconhecida agora de forma plena pela homologação.

Diante de todo o apresentado, demandamos acompanhamento e apoio dos órgãos e solicitamos especialmente:

- (i) Que a FUNAI nos apresente informações sobre o processo de desinstrução da TI Cachoeira Seca, o cronograma de finalização e os resultados do cadastro de ocupantes não-indígenas de nossa área, e que sejamos informados constantemente sobre as próximas etapas e passos para o andamento do processo;

- (ii) Que sejam definidas ações emergenciais, pelo Governo Federal, IBAMA e FUNAI para impedir a extração ilegal de madeira e o avanço do desmatamento dentro da TI, assim como a abertura e avanço de ramais e estradas;
- (iii) Que o Ministério Público Federal investigue as atuais grilagens, aberturas de ramais madeireiros e invasões para impedir o avanço do desmatamento;
- (iv) Que haja medidas de controle da área já desmatada nas propriedades existentes dentro da TI e que sejam multadas novas aberturas e desmatamentos;
- (v) Que nos seja apresentado pela FUNAI um cronograma de execução da construção das Unidades de Proteção Territorial na TI Cachoeira Seca e do início da operação e que essa construção seja priorizada diante da gravidade das pressões na TI;
- (vi) O fechamento imediato da pousada do bem bom e do porto da pousada no travessão Km 165 sul e uma fiscalização específica neste travessão para coibir a entrada de turistas;
- (vii) Que sejam apresentadas informações pela FUNAI, DNIT e Governo Federal sobre a pavimentação da BR-230 e seu PBA. Exigimos o direito de consulta livre, prévia e informada antes do início da pavimentação;
- (viii) Que seja estabelecida periodicidade fixa mensal para as fiscalizações do Governo Federal (IBAMA) sobre a extração ilegal de madeira e outros desmatamentos.

Estamos à disposição para conversar com os órgãos a quem direcionamos essa carta sobre os pontos aqui colocados e sobre as nossas solicitações.

Atenciosamente,

Povo Indígena Arara da Cachoeira Seca